

# BRASIL DO FUTURO

**VISÕES E PROPOSTAS DAS  
ESCOLAS PARTICULARES**

# **BRASIL DO FUTURO**

*Visões e Propostas das Escolas Particulares*

Brasília  
2022

**@2022. FENEP – Federação Nacional das Escolas Particulares**

Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

**FENEP**

**Federação Nacional das Escolas Particulares**

**Sede:**

**SRTVS Qd.701, bloco 02,**

**Centro Empresarial Assis Chateaubriand**

**Salas 207 a 213- Brasília-DF**

**contato@fenep.org.br**

**(61)3225-3515**

**www.fenep.org.br**



## **APRESENTAÇÃO**

---

*Temos certeza de que as escolas particulares contribuem de forma decisiva para o desenvolvimento social, cultural, científico e econômico do Brasil, da educação infantil ao ensino superior, e aportam contribuição decisiva para o desenvolvimento do país. Contam com cerca de 14,86 milhões de estudantes matriculados, sendo 8,14 milhões na educação básica e 6,72 milhões na educação superior. O setor emprega mais de 1,5 milhão de trabalhadores formais, sendo a maioria mulheres, e com 2/3 dos postos na educação básica. Com reconhecida qualidade, o ensino particular é o esteio do crescimento do capital social do país, uma grande parceria para as famílias, a sociedade e o próprio governo.*

*A contribuição da Educação Particular para o PIB foi de 126,5 bilhões de reais, demonstrando que, mesmo com pandemia e escolas fechadas, o setor continua em crescimento.*

*Dentro das Contribuições Sociais (Previdência Oficial e FGTS), instrumentos de extrema importância para as políticas públicas do governo federal, o Ensino Particular contribuiu com 19,095 bilhões de reais. A massa salarial paga em 2020 foi de 65,844 bilhões de reais.*

*A remuneração média de professores da educação básica com regime de 40 horas semanais é de R\$ 3.430,00; do ensino superior, em regime integral, foi de R\$ 9.000,00 em 2020.*

*Com a proximidade de eleições para presidente, governadores e parlamentares (federais e estaduais), a Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP) e os seus sindicatos estaduais (SINEPE), representantes legais das escolas particulares de todo o país, assumem a obrigação de colaborar no processo de construção de visões e propostas para o país.*

*O documento que ora apresentamos é sintético e objetivo. Não tem pretensão de abarcar todo o universo de temas de interesse da nação, seja em aspectos gerais, seja em relação à própria Educação, nem de fazê-lo aqui com a profundidade de debates que diversos temas citados merecerão oportunamente e que nos colocamos em disponibilidade para fazê-lo.*

*Assim, o escopo ficou direcionado a pontos que interferem diretamente na capacidade de avançarmos no grande desafio da Educação com qualidade. O documento inicia por uma visão geral de aspectos econômicos e institucionais que se projetam em uma agenda de Estado, avançam para questões críticas associadas à construção de um ambiente de negócios fértil para o desenvolvimento de empresas, associações e fundações, especialmente as instituições particulares de ensino, e chegam ao assunto da Educação, em que é preciso realmente pensar novos modelos, políticas e abordagens que permitam ao país dar o salto qualitativo, de eficiência e eficácia necessário para a construção de seu futuro.*

*Este documento está organizado em onze eixos que incorporam as propostas do setor, alguns dos quais subdivididos, em que, além da leitura da FENEP e dos SINEPE's, são agregadas ideias gerais que direcionam propostas do setor.*

*A partir deste documento, pretendem-se difundir discussões e posicionamentos aqui presentes por meio de amplo trabalho de envolvimento e comprometimento das instituições particulares de ensino. O setor tem obrigação de ampliar seu protagonismo em direção a uma sociedade melhor em que indivíduos atuem com plena cidadania. Nosso objetivo é apoiar visões e fomentar discussões que ajudem a redirecionar o país, em que nossas instituições de ensino podem contribuir cada vez mais.*

**Agosto de 2022**

**Antônio Eugenio Cunha e Ademar Batista Pereira**

## Sumário

<b>Desafios estruturais em uma agenda de Estado</b> .....	6
1. Redução e Reforma do Estado.....	7
2. Educação, Segurança e Saúde de qualidade .....	8
3. Reforma Política .....	9
4. Combate à Corrupção .....	10
5. Reforma da Previdência.....	11
6. Reforma Tributária .....	12
7. Novos avanços trabalhistas.....	13
8. Segurança Jurídica e Burocracia Enxuta .....	14
<b>Desafios de uma agenda de Educação para o futuro</b> .....	16
1. Desafios qualitativos da Educação .....	17
2. Desafios estruturais da Educação .....	22
3. Fortalecimento da educação pública por meio do setor privado .....	26

## Desafios estruturais em uma agenda de Estado

### *Instituições Sólidas, Crescimento Econômico e Qualidade de Vida da População*

---

O Brasil, nos últimos 20 anos, vive um período histórico marcante e, também, preocupante.

Do ponto de vista político institucional, assiste a condenação e prisão de algumas de suas principais lideranças políticas decorrente de graves desvios e condutas não republicanas e de algumas mudanças nas decisões até então tomadas pelo poder judiciário; passa por mais um impeachment e, mesmo com algumas deformações a serem corrigidas, tem democracia sólida e instituições fortes em pleno funcionamento.

Sem grandes ilusões, mas com otimismo, a sociedade brasileira espera por um novo ciclo. É importante consolidar o fim da impunidade e dos desgovernos. É fundamental eliminar o patrimonialismo que domina o Estado e as instituições, afastando a cultura de apropriação desses espaços por pessoas para proveito próprio.

No campo econômico, o enfrentamento da crise fiscal com muita divergência e sem um acordo setorial consolidado, a reforma tributária se arrasta. Um ambiente hostil ao empreendedorismo, com consequências sérias devido à pandemia do corona-vírus e a uma crescente insegurança jurídica, foram alguns dos componentes que levaram o país à mais grave crise econômica e de saúde. Felizmente, o Brasil resistiu e começa a dar sinais de superação desse momento de inflação alta e desemprego. Espera-se que o novo ciclo do Governo que será eleito consiga adotar medidas necessárias ao desenvolvimento com adoção de políticas de Estado e não de governo, sobretudo na Educação.

O crescimento econômico depende essencialmente de condições macro e microeconômicas, construídas a partir de políticas públicas sustentáveis, capazes de garantir ambiente de estabilidade econômica e estimular o investimento de forma segura e permanente. Não há mais espaço para aventuras nas políticas monetária e fiscal.

É preciso enxugar o Estado e cortar privilégios de forma a reduzir seu peso sobre a sociedade. Essa será a mudança estrutural que permitirá superávits fiscais, taxas de juros mais baixas, inflação sob controle e maior produtividade da economia.

A economia organizada e pujante é o elemento determinante do desenvolvimento econômico, social e da qualidade de vida da população. Políticas públicas que estimulem o empreendedorismo e o emprego formal, associadas a boas regulações, e políticas sociais adequadas permitem a melhoria da qualidade de vida das pessoas, em especial das mais carentes e necessitadas do apoio do Estado.

## 1. Redução e Reforma do Estado

### VISÃO

O Estado brasileiro é caro, ineficiente e ineficaz.

A estrutura de Estado é gigantesca, com 5 570 municípios, mais de 3.000 destes com menos de 20.000 habitantes. Em cada município, há uma onerosa estrutura governamental e política, que drena os recursos para alimentar as relações de poder, reduzindo as possibilidades de destiná-los ao bem-estar da população; falta vontade política para uma reforma administrativa da máquina (executivo, legislativo e judiciário).

Os estados federados têm papel limitado, mas mantêm estruturas superdimensionadas, com número excessivo de secretarias e cargos em comissão. O excessivo tamanho do Estado contribui para anseios patrimonialistas e estimula a corrupção.

O Estado oferece muitos privilégios aos servidores ativos e inativos, que destoam da realidade do mercado de trabalho, provocando disparidades com marcas de injustiça em relação aos trabalhadores da iniciativa privada.

A administração pública deve ser direcionada para boa prestação de serviços à sociedade e à gestão da coisa pública. Porém, o que se observa, especialmente nos serviços promovidos diretamente pelo Estado, é, em geral, a baixa qualidade, com alto custo unitário para a sociedade. A eficiência do Estado brasileiro, nos diferentes níveis, está apenas no processo de arrecadação tributária, sempre procurando alternativas para aumentar a tributação, dificultando uma reforma tributária com simplificação e redução dos impostos.

Para aliviar o problema, a crescente retirada do Estado de diversos segmentos de atividades econômicas permitiu avanços expressivos no acesso da população a serviços de melhor qualidade, como no caso de telefonia, saneamento, energia, estradas, aeroportos, portos entre outros. Avanços também foram alcançados com a terceirização de serviços, que reduziram custos e ampliaram a disponibilização.

O Estado é deficitário, apesar da alta carga tributária sobre a população. Nesse sentido, tem sido peso para a sociedade e freio para o desenvolvimento do país; não consegue oferecer serviços públicos de qualidade, sobretudo em educação, saúde, transporte e segurança.

### PROPOSTAS

- Enxugamento geral do Estado concentrando suas atividades em normatização, regulação e fiscalização.
- Redefinição do papel institucional dos estados e municípios.
- Impedimento de criação e redução do número de municípios, com limite mínimo de habitantes, com criação de subprefeituras distritais e restrição do número de secretarias municipais, bem como da estrutura administrativa e dos custos.

- Cumprimento do teto constitucional de pagamento de salários para os três poderes, eliminando benefícios exacerbados que não fazem parte da obrigação do Estado.
- Estabelecimento de percentual decrescente de gasto com pessoal, reduzindo o número de servidores, especialmente os comissionados.
- Efetivação nos cargos de segundo escalão para baixo com servidores públicos efetivos devidamente qualificados.
- Corte de privilégios e patamares de salários compatíveis com a iniciativa privada, com políticas meritocráticas e de estímulos à eficiência dos servidores.
- Terceirização de atividades, em que o Estado é ineficaz e ineficiente, com redução de custos e ganhos de eficiência e qualidade.
- Redução dos excessos de burocracia no setor público.
- Obrigatoriedade de órgãos de controle e de fiscalização serem orientadores de boas práticas legais e seguras.
- Redução do número de instruções normativas, portarias e recomendações editadas anualmente causando desconfortos dos setores produtivos.

## 2. Educação, Segurança e Saúde de qualidade

### VISÃO

O Estado brasileiro, em geral, provê serviços de baixa qualidade e elevada ineficiência. Destaque para os casos da Educação, Segurança e Saúde, pilares básicos do bem-estar de uma sociedade que deseja ser evoluída e justa.

Apesar dos crescentes orçamentos destinados às áreas, os resultados qualitativos têm sido pífios, e os indicadores apontam apenas para o aumento da ineficiência dos gastos. Percebe-se que, muitas vezes, a solução está na qualidade da gestão dos recursos do orçamento existentes.

A experiência das últimas décadas mostra que o país não vai conseguir enfrentar os crescentes desafios e avançar em setores ancorados na promoção direta desses serviços pelo Estado. Aliado a isso, não há fronteira fiscal para expansão e qualificação dos serviços.

A situação não é pior porque expressiva parcela da população que paga impostos se dispõe a custear a mensalidade escolar dos filhos, o plano de saúde da família e, por vezes, a segurança patrimonial.

De forma esquizofrênica, o Estado ainda tributa essas atividades particulares, reduzindo seu potencial alcance e encarecendo para, milhões de cidadãos os serviços que não fornece de forma adequada.



## PROPOSTAS

- É necessário um choque de gestão, profissionalização e moralidade desses serviços quando desenvolvidos pelo Estado.
- Adoção obrigatória de código de conduta, de integridade e *compliance*.
- Diversos desses serviços precisariam continuar sendo custeados pelo Estado, para atendimento à população de menor renda, mas serem prestados por empresas privadas, com boa regulação e avaliação do desempenho, aptas a garantir não só padrões de eficiência e qualidade, mas igualmente garantindo economia e melhores resultados.
- Desoneração da folha de pagamento e da excessiva carga tributária dos setores e atividades que desoneram o Estado de ônus financeiros, que recairiam diretamente sobre os cofres públicos, caso não fossem promovidos pelas entidades privadas. A promoção e a ampliação da atuação das escolas particulares no espaço constitucionalmente determinado como ônus do Estado traria redução gradativa de gasto público e do funcionalismo.
- Extinção de impostos e tributos aplicados às empresas de saúde, transportes e educação.
- Ampliação da possibilidade de utilização dos gastos com educação para desoneração do pagamento do imposto de renda, como forma de estímulo à busca da universalização do acesso à educação em todos os níveis.
- Pagamento de mensalidades escolares por estudantes que ingressam no ensino superior público e que tenham condições em razão da renda familiar.
- Aprovação de lei que permita a utilização do FGTS para quitação de débitos com a escola particular e viabilização da permanência do aluno.

## 3. Reforma Política

### VISÃO

A estrutura política do país é disfuncional, com uma miríade de partidos que atraem interesses diversos. A busca de vantagens, em muitos casos, torna a atividade política um negócio. Faltam linhas programáticas e sobram vícios, a exemplo de tráfico de influência, fisiologismo, corrupção, entre outros.

Troca-troca partidário e reeleição também são exemplos de fatores com efeitos negativos sobre o sistema político.

As casas legislativas produzem quantidade elevada de leis inúteis ou onerosas para a sociedade.

## PROPOSTAS

- Estabelecimento de Cláusula de barreira partidária e de restrições ao troca-troca de partidos.
- Fim da reeleição.
- Eleição distrital para Câmara de Deputados, Assembleias Legislativas e Câmara de Vereadores.
- Proposições legislativas somente poderão ser apresentadas por partidos políticos, e não por parlamentares, e deverão vir com análise consistente de impactos econômicos, sociais, ambientais e de mobilidade.
- Toda a proposição legislativa deve ser regulamentada com a participação dos setores afetados.

## 4. Combate à Corrupção

### VISÃO

O país avançou muito ao conseguir processar, julgar, condenar e prender, dentro dos ditames do devido processo legal, importantes lideranças políticas que coordenavam estruturas viciadas, que atuavam para desviar recursos do Estado e se perpetuarem no poder. Infelizmente, por aspectos técnicos, os processos condenatórios foram questionados, e as penas foram suspensas em alguns casos.

Entretanto, sabe-se que a corrupção está disseminada nas diversas esferas de poder e precisa de atuação contundente das instituições, além da incansável, constante e diuturna fiscalização e pressão da sociedade.

Há uma cultura de criação de dificuldades ao setor produtivo, com excessos burocráticos, que acabam formando uma estrutura viciada, inibidora do exercício da atividade empreendedora e produtiva e, por outro lado, indutora de comportamentos irregulares, por vezes ilícitos, no desesperado afã da superação das absurdas dificuldades - cenário que empreendedores sérios jamais desejam vivenciar.

### PROPOSTAS

- Ampliar as penas relacionadas à corrupção.
- Fortalecer as estruturas de combate à corrupção, acelerando investigações e processos.
- Autorização de prisão após condenação em segunda instância.
- Impedimento de retorno à função diretiva de diretores e presidentes de empresas estatais e privadas condenados em segunda instância.

- Não eliminação de atividades das empresas em que diretores estiverem relacionados à corrupção, aplicação de multas e devolução de valores, mas garantia da manutenção de empregos e renda como prioridades.

## 5. Reforma da Previdência

### VISÃO

A Previdência Social é a principal responsável pelo déficit das contas públicas, que cresce fortemente a cada ano e pesa cada vez mais sobre a sociedade.

A Previdência do funcionalismo público ainda é uma das principais fontes do problema, criando déficits insustentáveis, derivados de privilégios inaceitáveis e de um crescimento permanente do quadro de servidores.

Muitas propostas na direção certa foram colocadas e avançaram de forma tímida; o tema ainda deve continuar em discussão.

Sem priorizar a contínua Reforma da Previdência, nenhuma medida nos diversos campos será suficiente para evitar aumento de impostos e maior travamento da economia.

### PROPOSTAS

- Continuar com estudos para uma Reforma da Previdência moderna e sustentável para todos cidadãos, com idade mínima, regras de transição suportáveis, regras para acúmulos de benefícios, entre outros temas debatidos.
- Equilibrar a Previdência dos servidores públicos com os do setor privado, limitando valores de aposentadoria e ampliando contribuição previdenciária dos servidores e trabalhadores que desejarem valores maiores de aposentadoria.
- Planejar a migração, de forma consistente, para um sistema de capitalização individual.
- Mudar a base de cálculo da contribuição patronal que, no modelo atual (sobre a folha de pagamentos), não desonera o custo do trabalho e impede a geração de novos postos de trabalho e o desenvolvimento das empresas, criando distorções no mercado formal de trabalho, que não suportará aumentos de alíquotas para fazer frente ao crescimento de custos da Previdência Social.
- Criar estímulos para que o trabalhador em idade próxima à aposentadoria continue trabalhando, proporcionando-lhe benefícios graduais pelo tempo adicional em que não opte pelo pedido da aposentadoria.
- Rescisão automática do contrato de trabalho com a aposentadoria, com proibição de acúmulo caso prefira voltar a trabalhar.
- Aumentar os estímulos à Previdência Privada.

## 6. Reforma Tributária

### VISÃO

O Brasil tem elevada carga tributária, aplicada a partir de um sistema cheio de complexidades, diversidades e distorções. O sistema de tributação do país é regressivo, com peso maior sobre a população mais pobre.

O país é campeão mundial de encargos sobre o emprego formal. Escolheu-se a pior base de cálculo (folha de pagamentos) para financiar a Previdência Social, o sistema S, o seguro acidente de trabalho e até o INCRA. Isso cria imensas distorções no mercado de trabalho e inibe empregos formais e investimentos. Além disso, traz a Receita Federal para as relações de trabalho, com sistemas burocráticos e cheios de insegurança, a exemplo do eSocial, um verdadeiro “tiro no pé” ao criar mais dificuldades para as empresas.

O Estado é um “sócio” que está sempre recebendo recursos, penalizando as empresas e o consumidor a partir de qualquer movimento: vendas, investimento, emprego, lucro, crédito etc.

As decisões recentes do STF mudaram a concepção de que imposto poderia ser base de cálculo de imposto, o que leva à implosão do sistema tributário, com acirramento de conflitos e quedas na arrecadação.

Diversas propostas se sustentam em bons argumentos técnicos, mas pretendem, em alguns casos, elevar impostos sobre os setores que mais produzem empregos formais, o que é um verdadeiro contrassenso. A revolução digital e seus reflexos na economia trazem desafios adicionais aos empregos, e muitos modelos postos querem corrigir problemas olhando para o passado e não focando o futuro.

É urgente a realização de uma Reforma Tributária, observando principalmente os setores que desoneram o Estado de suas obrigações, mas ela precisa vir acompanhada de uma reforma do Estado e dos gastos públicos.

### PROPOSTA

- Fazer uma Reforma Tributária que simplifique o sistema, podendo inclusive adotar modelos unificados de valor agregado, desde que não traga aumento de carga tributária, especialmente sobre os setores que contratam mão de obra intensiva.
- Mudar o modelo de financiamento da Previdência Social, do sistema S, do seguro-acidente de trabalho, entre outros, retirando as contribuições patronais sobre a folha de pagamento, adotando outra base de cálculo.
- Fazer e concluir uma Reforma Tributária que atenda aos desafios do desenvolvimento empresarial e das oportunidades de trabalho e empregos.

- Desonerar as atividades privadas, que utilizam mão de obra intensiva para a prestação de serviços e que desoneram o Estado, a exemplo de Educação Particular, Saúde e Segurança, com estratégia fiscal, de fomento e melhoria desses serviços.
- Permissão para a concessão irrestrita de bolsas de estudo para professores e seus familiares, sem encargos adicionais e insegurança jurídica.
- Instituição de imposto de valor agregado com alíquotas diferenciadas e associado diretamente à redução de tributação sobre a folha de pagamento para os setores de educação, saúde e segurança.
- Possibilidade de que instituições educacionais, inclusive as de ensino superior, estejam inclusas no Simples Nacional com aumento das faixas de tributação, criação de um anexo exclusivo para a educação excluindo o IPTU adicional em todas as faixas.
- Limite máximo de 2% para o ISSQN para o setor de educação.

## 7. Novos avanços trabalhistas

### VISÃO

O Brasil tem um grande desafio de geração de empregos formais, haja vista que menos da metade da PEA detém emprego com carteira assinada. Os índices de desemprego são elevados, com pressão social parcialmente aliviada pelo trabalho informal ou rendimentos segundo outras fontes alternativas. A geração de empregos depende de investimentos, estímulo para empregar, tributação do trabalho, segurança jurídica, produtividade, entre outros.

O Brasil realizou ampla Reforma Trabalhista em 2017. Ela atacou o elevado risco de empregar, conseguindo reduzir substancialmente o número de ações judiciais, e trazendo razoabilidade aos pedidos; é importante não retroceder.

A Reforma abordou diversos pontos que trouxeram mais segurança, afastando entendimentos e jurisprudências não mais compatíveis como o modelo produtivo do século XXI, como exemplificativamente se poderia citar a reestruturação das formas de concessão de intervalos intrajornada.

A Reforma permite avanços na produtividade, visto que empregadores e trabalhadores podem utilizar a negociação coletiva como instrumento de regulação setorial, flexibilizando e adequando a relação capital-trabalho na medida necessária, aceitável e justa, em face das particularidades de cada setor produtivo e de cada região.

Mesmo com todos os avanços, ainda há muita insegurança quanto à aplicação de pontos da Reforma e sobre as possibilidades de negociar.

O incentivo ao empreendedorismo é também muito importante a geração de postos de trabalhos.



## PROPOSTA

- É preciso avançar na flexibilização das relações de trabalho e no estímulo à geração de empregos, de forma que o país possa enfrentar seus déficits e desafios adicionais trazidos por automação e inteligência artificial.
- Ampliar a autonomia das partes no processo de negociação individual e coletiva é um caminho inexorável.
- O país precisa eliminar os encargos sobre o emprego formal, mantendo apenas o que se relacionar a ganhos diretos do trabalhador, a exemplo de FGTS, férias e 13º, mas, ainda assim, flexibilizando para que possa ser incorporado ao salário mensal, levando benefícios diretos aos trabalhadores com maior maleabilidade de onde gastar ou investir seus rendimentos.
- É fundamental evitar que o e-Social não se torne mais um instrumento burocrático gerador de insegurança para quem gera empregos. Para isso, é importante que perca seu caráter fiscalista e arrecadatário.
- É necessário aprovar mudanças constitucionais que tragam mais clareza e segurança em diversos pontos da legislação, afastando a interferência regulatória do Poder Judiciário Trabalhista.
- Torna-se imperativo reequilibrar e redefinir o modelo de atuação das instituições que se encontram inseridas nas grandes discussões das relações capital-trabalho, de forma que a atuação do Poder Judiciário, Ministério Público e órgão de fiscalização trabalhista seja feita de maneira mais conciliadora e promotora de entendimentos e não tanto repressora e fomentadora de insegurança jurídica.

## 8. Segurança Jurídica e Burocracia Enxuta

### VISÃO

A insegurança jurídica e o excesso de burocracia são elementos nefastos no ambiente de negócios e, portanto, no cotidiano empresarial. Toda regulação excessiva e malfeita gera incerteza sobre as regras e pode conduzir a comportamentos inadequados, voluntários ou não.

No Brasil, é comum que a regulação de temas ocorra nos três níveis (federal, estadual e municipal), em uma legislação triplicada, eivada de sobreposições e contradições, criando verdadeiros “nós burocráticos e regulatórios”, com os quais as empresas ficam em dificuldades e, por vezes, paralisadas diante de alguns problemas. Os campos tributário e ambiental trazem exemplos dessas situações.

O excesso de leis, portarias, instruções normativas, normas e demais elementos dos marcos jurídicos, criam, na prática, um verdadeiro empecilho ao desenvolvimento eficiente do setor produtivo.

Sem dúvida, há regras e exigências burocráticas que regulam temas importantes como vigilância sanitária, segurança, bombeiros, núcleos regionais de educação, secretaria e

conselhos estaduais de educação etc., mas, por serem excessivas e mal concebidas, travam o dia a dia e a implantação célere de soluções adequadas.

O setor de Educação, assim como os serviços em geral, sofre com excessos de regulamentação que geram dificuldades operacionais e insegurança jurídica. Isso ocorre tanto em temas transversais, quanto nos específicos do setor de Educação. Os problemas ocorrem tanto na esfera federal, quanto nos estados e municípios.

Outro problema sempre presente no país são as diversificadas interpretações judiciais e de órgãos de fiscalização que, por vezes, dificultam a vida das empresas, pois muitas estão em contradição com a lei. O exemplo trabalhista é o mais clássico, mas direitos do consumidor, tributário e muitos outros apresentam situações semelhantes, inclusive em razão de forma de atuação de agentes públicos.

## **PROPOSTA**

- É fundamental que o país busque reduzir com urgência os focos de insegurança jurídica e melhore a qualidade de suas regras, inclusive enxugando-as.
- Os marcos regulatórios devem se concentrar apenas em aspectos gerais das atividades.
- É fundamental eliminar sobreamentos nas regulações entre os três níveis de governo, definindo de forma clara as obrigações e responsabilidades de cada uma.
- É imprescindível desburocratizar e tornar mais céleres e eficientes os processos administrativos. Nesse sentido, sem abrir mão dos objetivos, é necessário rever e simplificar a atuação da vigilância sanitária, corpo de bombeiros, Conselhos de Educação, entre outros.
- É preciso delimitação dos campos de atuação e das margens de interpretação para instituições de fiscalização e controle, bem como para as decisões judiciais.

## Desafios de uma agenda de Educação para o futuro

### *Superar a baixa qualidade, o baixo desempenho dos alunos e a ineficiência na Educação*

---

O gasto com educação básica pública foi reduzido nos últimos anos e, mesmo assim, foram investidos 42,847 bilhões de reais em 2020 e 5,6% do PIB em educação, maior que a média de 4,4% dos países da OCDE em 2021. Forte gasto com a educação pública nos últimos anos não se traduziu em qualidade e tem gerado ineficiência crescente no país, segundo o Banco Mundial.

O Brasil gasta, por aluno, mais que a média dos países que integram a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), com resultados muito aquém dos demais. Em 2018, ficou nas últimas posições no ranking de países que participam do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), salvando-se escolas particulares e institutos federais que tiveram bom desempenho.

Os gastos do ensino fundamental e médio beneficiam mais as classes pobres, enquanto os gastos com o ensino superior são destinados, em regra, à população mais rica, que teve educação básica de melhor qualidade por estudar em escolas particulares, apenas salvaguardada pelas políticas de cotas.

Necessidade de qualificação do corpo docente e altos índices de reprovação são elementos que caracterizam o sistema. Um percentual de 35% dos alunos do ensino fundamental e médio já repetiu pelo menos um ano. Na conclusão do ensino médio, 45% dos estudantes tinham pelo menos um ano de atraso e um abandono enorme de alunos do ensino médio.

A idade média de conclusão do ensino médio é de 18,9 anos. Menos de 60% das pessoas chegam aos 25 anos com ensino médio concluído. Ambos os índices estão entre os piores ao comparar com outros países semelhantes.

A evasão no Brasil ultrapassou os 26%, enquanto nos países da OCDE é de 4%, e nos países comparáveis da região, é de 14%.

O Brasil tem correlação muito baixa aluno-professor, e o índice vem diminuindo, o que faz aumentarem os custos per capita sem qualquer horizonte de potencial melhoria da qualidade da educação desenvolvida.

São pontuais as experiências que comprovam a possibilidade de sistemas públicos de referência. Calcula-se que o país gaste 62% mais que o necessário para atingir o desempenho atual constatado.

A universalização da educação constituiu um grande feito para o país, e hoje foi fortemente afetada pelo evento da pandemia. Tínhamos praticamente todas as crianças de 7 a 14 anos com acesso à escola. Teremos, novamente, que desenvolver esforços para conseguir o retorno dessas crianças. Fechar unidades escolares foi um grande erro das autoridades.

A formação de professores, em geral, tem deficiências. Cursos de licenciatura são tidos como insuficientes, e o magistério é desprestigiado. Além disso, em diversas disciplinas, mais de 30% dos professores não têm formação adequada para lecioná-las.

O piso salarial é compatível com os de outros países, mas a evolução automática dos salários no Estado leva-o a superar em poucos anos os níveis salariais de outros países do mundo. Os benefícios previdenciários são comparáveis apenas aos de países ricos.

O processo educacional é um grande desafio. Educação é conceito abrangente, que acontece durante toda a vida, enquanto ensino é processo pedagógico, que tem na escola o *lócus* mais relevante.

Educação pessoal é base para todo processo de aprendizagem. É preciso que todos os ambientes sociais, em especial a família, contribuam de forma efetiva no processo educacional. Deficiências na Educação têm limitado as possibilidades de avanço do ensino e deriva da relação construída entre professores e alunos.

É preciso criar políticas públicas que redirecionem e fomentem um sistema educacional eficiente e de qualidade.

O *homeschooling* no Brasil é modalidade que ainda deve ser muito discutida.

O mundo passa por uma revolução tecnológica que permite múltiplas possibilidades de avanços, a partir de sistemas com estruturas de ensino mais ágeis e flexíveis.

Não há dúvidas de que a inteligência artificial e a automação trarão impactos concretos para o futuro do trabalho. Quanto maior a escolaridade, maior a capacidade de absorção e produção de tecnologias, viabilizando investimentos e empregos e contribuindo para o desenvolvimento econômico.

O Brasil tem desafios inadiáveis no campo da Educação e precisa apostar em soluções eficientes, que deem certo. O setor de escolas particulares está habilitado e tem condições de aportar grandes contribuições nessa necessária inflexão.

## 1. Desafios qualitativos da Educação

### b. Ensino Fundamental I e Analfabetismo funcional

#### VISÃO

O país tem índices alarmantes de analfabetismo funcional, que atinge quase metade da população.

A reprovação elevada foi substituída pelo “ciclo básico” de aprendizagem que, na prática, não tem se traduzido em absorção de conhecimentos e desenvolvimento cognitivo necessários. O ciclo de alfabetização, na prática, está ocorrendo em três anos.

No setor público, essas etapas são de responsabilidade das redes municipais, que em geral são deficientes, mal administradas e desfocadas do verdadeiro sentido do ensino fundamental I, que seria alfabetizar em português e matemática. Ou seja, é preciso fazer o básico bem-feito, mas, ao não conseguir construir conhecimentos básicos, os alunos encontram grandes dificuldades nos anos seguintes, num círculo vicioso.

A nova base curricular novamente traz uma mudança na estrutura de ensino, tornando-a mais real, moderna e em sintonia com as referências mundiais. Entretanto, apenas a sua implantação não resolverá o problema da evasão e do analfabetismo funcional, pois os conhecimentos básicos não têm sido suficientemente absorvidos.

A educação acontece na relação aluno – professor, e é preciso fazer diferença na sala de aula. É necessário que os professores entendam a importância desta construção e concordem com ela. Grande parte da qualidade do ensino oferecido pelas escolas particulares no país deriva da capacidade de sustentação dessa relação.

## PROPOSTAS

- É preciso garantir que a maioria dos estudantes aprenda a ler no primeiro ano e somente crianças efetivamente alfabetizadas possam avançar para o segundo ano do ensino fundamental. É necessário fazer todos os reforços para ajudar no processo.
- Deve-se promover a identificação das dificuldades inerentes ao início do processo cognitivo, estruturando as escolas com corpo técnico para identificar os principais problemas e buscar soluções para eles.
- Definição de um processo de avaliação que identifique e corrija os caminhos do aprendizado, para garantir que todos os alunos leiam e escrevam.
- Alteração do sistema de avaliação para que se possa diagnosticar e resolver as dificuldades de aprendizagem; que se promova o nivelamento dos alunos, ou seja, a nota da Provinha Brasil deve levar a escola a resolver as deficiências dos estudantes.
- As avaliações do SAEB, Provinha Brasil e ENEM devem ser censitárias, aplicadas em todas as instituições de ensino e com os custos obrigatórios do Estado.
- Importante obrigar, dar incentivos e ampliar as matrículas na pré-escola, desde a creche, para ajudar no processo de formação e educação dos alunos.
- Ampliar a contratação de escolas particulares pelos municípios e estados para o desenvolvimento da educação básica, inclusive por meio de modelos de parceria público-privada na educação.
- Criar programa social de concessão de *vouchers* para famílias de classes sociais menos favorecidas, para ingresso em escolas particulares que demonstrem qualidade em seus processos e projetos pedagógicos.



## **b. Ensino Fundamental II e ensino médio - Evasão, repetência e desperdício de recursos**

### **VISÃO**

Os estudantes costumam chegar a essa fase com comportamentos inadequados, derivados de dificuldades na educação doméstica e de seu ambiente social, que se refletem nos relacionamentos com colegas, professores e demais profissionais da escola. Além disso, muitos demonstram dificuldades em conhecimentos básicos para avançar na aprendizagem.

Os índices de evasão atingiram níveis alarmantes no ensino fundamental 2 com o fechamento das escolas durante a pandemia e com um terço dos alunos até o nono ano sem saber onde eles se encontram. Os governos terão que fazer esforços enormes para reverter essa situação.

É função dos estados administrar essa etapa do ensino fundamental. Para geri-lo, existem grandes estruturas de prédios, professores, secretarias, diretorias, núcleos de educação, conselhos de educação etc. Somente no estado do Paraná, por exemplo, a Secretaria de Educação tem cerca de 6.000 funcionários para um universo de 2.400 escolas de ensino fundamental e ensino médio. Isso se repete em todos os estados, com estruturas espalhadas pelos municípios das diferentes regiões, mesmo em municípios pequenos e com poucos alunos.

O ensino médio era visto no país como um rito de passagem, em que famílias e estudantes se preocupam basicamente com a faculdade. Com a proposta do Novo Ensino Médio, essa realidade será alterada, permitindo otimizar as áreas de interesse dos alunos e suas famílias. Espera-se que as necessidades do mundo real faça com que a grande quantidade de conteúdos seja otimizada em favor do aluno e das carreiras a serem seguidas.

O Brasil não tem um programa efetivo de preparação para o mundo do trabalho. É fundamental habilitar os alunos para processos produtivos cada vez mais complexos e integrados.

O novo ensino médio traz uma proposta inovadora, moderna e atendida com o mundo contemporâneo, mas é preciso discutir e definir o acesso ao ensino superior, que também precisa ser redefinido para atender às necessidades dos jovens e do país. Dessa forma, o ENEM tem que ser imediatamente modificado para atender a essa demanda e em consonância com as escolas.

### **PROPOSTAS**

- Municipalização da educação básica em todas as cidades com menos de 50 mil habitantes, com a transferência de estruturas, professores e recursos.
- Os estados devem se dedicar à avaliação da educação básica e ao apoio a ela, bem como fomentar e manter escolas de formação técnica e /ou estabelecer parcerias com escolas particulares profissionalizantes, respeitando a vocação regional.

- Os estados devem fomentar e manter instituições de pesquisa, desenvolvimento pedagógico e formação de professores, buscando aperfeiçoar recursos e definir um programa de formação para cada uma de suas áreas, respeitando as vocações regionais.
- É necessário separar estudantes por competências e interesses, criando conexões com as possibilidades no ensino superior, diminuindo incertezas e inseguranças nesse nível de ensino.
- É necessária a rápida adoção da NBCC no ensino médio, nivelando a adequação de currículos ao acesso ao ensino superior, para que seja em trajetórias mais acadêmicas ou vocacionais.
- É importante combinar estudos com oportunidades de aprendizagem profissional. Para isso, devem-se oferecer estímulos efetivos às empresas que aceitem desenvolver parcerias e ampliar a profissionalização dos jovens.
- É fundamental criar programas para qualificação de professores da parte diversificada de estudos e de competências socioemocionais.
- É necessário estimular e acelerar projetos de absorção de tecnologias educacionais nos processos pedagógicos, tanto nas escolas públicas quanto nas particulares, capazes de desenvolver os processos de forma mais efetiva.
- Ampliar a contratação de escolas particulares pelos estados para desenvolvimento da educação básica em todos os segmentos e todas as etapas, em especial no ensino fundamental e no ensino médio.
- Focar o aprendizado baseado em projetos multidisciplinares e integrados às questões profissionais e com olhar voltado ao futuro que se apresenta.
- Permitir que a avaliação dos sistemas do governo seja de acesso às escolas particulares, sem ônus, mas para acompanhamento e efetiva colaboração de melhoria na qualidade de ensino.
- Participação do setor particular nos exames internacionais.

### **c. Ensino Superior – Acesso e preparação para o futuro de trabalho**

#### **VISÃO**

O ensino superior público tem a qualidade dos resultados ancorada na boa base de alunos que recebe das escolas particulares e por um processo seletivo baseado em cotas voltado preferencialmente para as escolas públicas.

O custo médio por aluno nas universidades públicas é superior à média de países desenvolvidos, e superior três vezes mais que a média do ensino particular brasileiro.

O Brasil conseguiu expandir fortemente o ensino superior graças às instituições particulares, que respondem por cerca de 78% das vagas, e com indicadores de aprendizado significativos, além de alcançar regiões longínquas, inclusive com novas tecnologias.

Políticas públicas inteligentes privilegiaram o uso de recursos públicos para redução de custos de financiamento ou desconto em impostos, viabilizaram a expansão a um custo infinitamente menor que as universidades públicas, estando estas ações e objetivos bem definidos no atual PNE. Infelizmente, os processos ocorreram em modelos excessivamente regulados e mal gestados, que não impediram problemas na execução, mas trouxeram insegurança.

O Brasil tem imenso desafio com as transformações em curso provocadas pelas tecnologias digitais. O momento exige ensino superior capaz de preparar os jovens para um ambiente de inovação permanente e capacidade de adaptação. O ensino superior deve ser um espaço de consolidação de conhecimentos e de preparação para um novo e desafiante ambiente de trabalho.

A pesquisa e o desenvolvimento ainda estão ancorados em estruturas públicas. Muitos recursos são gastos em projetos com baixa conexão com as necessidades da economia e da população. É notório que o sistema de inovação tem baixa integração entre produção de conhecimento, geração de negócios e bem-estar da sociedade. A inovação em produtos e serviços brasileiros está muito abaixo de qualquer comparação, refletida, por exemplo, no baixo número de patentes brasileiras.

Há urgente necessidade de abrir os recursos públicos destinados a pesquisas também para as IES particulares, ampliando a capacidade produtiva de faculdades, centros universitários e universidades, aumentando produtividade e retorno dos recursos para o bem-estar da sociedade

## **PROPOSTAS**

- É imperativo adequar o ensino superior às transformações no mercado de trabalho, construindo sólida formação e habilidades para o novo mundo digital.
- Revisão do modelo atual das universidades federais e estaduais, com cobrança de valores e criando um sistema de bolsas que permita a expansão de oportunidades para pessoas de diferentes níveis de renda, com apoio público de menor custo para o Estado. É necessário estabelecer modelos meritocráticos para garantir os benefícios. Possibilitar a contratação de empresas para gestão terceirizada da educação superior.
- Ampliação da liberdade e da autonomia das instituições de ensino superior particulares para facilitar absorção de avanços educacionais, respeitando identidade e diversidade das instituições.
- Há necessidade de política de financiamento estudantil nos moldes, por exemplo, do modelo australiano, em que o pagamento do financiamento está vinculado ao limite de 20% do salário ou rendimentos do financiado.
- Manter o Programa Universidade para Todos que demonstrou ser uma política eficiente de inclusão social.
- Promover a inclusão social de alunos com deficiência no ensino superior.
- Aprimorar o Fies de forma a permitir que vagas oferecidas sejam preenchidas, abrindo novas oportunidades de financiamento estudantil.

- Respeitar a autonomia universitária, a coexistência entre IES públicas e particulares e o pluralismo de projetos pedagógicos.
- O sistema de avaliação deve ser um processo que privilegie a qualidade, considerando a diversidade de IES, as necessidades regionais e de mercado de trabalho.
- Estimular as diversas modalidades de oferta de cursos e disciplinas, permitindo a flexibilidade de estudos dos alunos.
- Estimular a internacionalização de estudos com validação das disciplinas cursadas no exterior por instituições de ensino devidamente credenciadas.
- Incentivar instalação e criação de IES em cidades e municípios do interior, de forma que a população em idade estudantil não tenha que se deslocar para grandes centros.
- Consolidar os cursos na modalidade a distância como forma de educação de qualidade.
- Criar uma cultura de valorização dos professores e profissionais da educação.

## 2. Desafios estruturais da Educação

### a. Incorporação de tecnologias e metodologias

#### VISÃO

As novas tecnologias criam múltiplas possibilidades de melhoria na gestão e nos processos pedagógicos nas escolas, com alto potencial de refletir na melhoria dos indicadores de desempenho.

Por meio da tecnologia, é possível melhorar a qualidade do ensino, inclusive alcançando regiões mais longínquas e desprovidas de acesso a soluções pedagógicas.

As evoluções tecnológicas exigem mudanças e produzem impactos de diversas dimensões: projeto pedagógico, infraestrutura, formação docente, avaliação e gestão.

O setor público demonstra baixa capacidade e velocidade de absorção das inovações.

#### PROPOSTAS

- Maior liberdade às escolas para inovar na absorção das tecnologias de acordo seus desafios pedagógicos e de gestão, estimulando a ampliação do uso dos meios digitais.
- Desenvolvimento de soluções tecnológicas que ampliem interesse e engajamento dos estudantes e ajudem os pais no acompanhamento.
- Elaboração de pacotes metodológicos que reforcem a formação dos professores e permitam acompanhar sua evolução.
- Estímulo à criação e utilização de soluções pedagógicas e fortalecimento delas.

- Estimular e fomentar a adoção de metodologias ativas.
- Criar ilhas de desenvolvimento de startups em escolas de ensino médio, profissionalizante e no ensino superior.

## **b. Qualificação de professores e gestores escolares**

### **VISÃO**

Um dos graves problemas da educação no país está na formação de professores que, em muitos casos, além de deficientes em conteúdo, têm dificuldades na aplicação do processo pedagógico.

Outro problema está na dificuldade de premiar o mérito. Gratificações associadas ao desempenho de alunos têm gerado demandas jurídicas, com condenações para incorporação à remuneração de todos.

Os docentes ficam desmotivados por processos mais associados à antiguidade e não à eficiência em sua carreira.

Ajustar e normatizar as escolhas de diretores escolares. A grande maioria não apresenta perfil de gestor, fato que dificulta a melhoria do desempenho das escolas em aspectos pedagógicos, administrativos e de pessoas.

Necessidade urgente de adequar os currículos dos cursos de formação de professores e de Pedagogia.

### **PROPOSTAS**

- Reforço à qualidade do processo de formação de docentes, tanto em conteúdo quanto em construção de habilidades e competências para aplicação nos sistemas de ensino, especialmente os que envolvem preparação dos alunos para o trabalho.
- Criação de mecanismos que facilitem a adequação de conteúdos e sistemas pedagógicos às realidades, necessidades e características dos alunos.
- Ampliação da profissionalização dos professores frente aos desafios e abertura que as novas regulações permitem e estimulam de relação entre o ensino e o mundo do trabalho.
- Estímulo a sistemas meritocráticos, exigindo processo de avaliação permanente, fundamentado em formação continuada, desempenho de alunos e do conjunto da escola
- Criação de políticas que permitam aos estudantes dos cursos de formação de professores fazerem estágios em sala de aula como prática de ensino.
- Atualizar urgentemente os componentes curriculares dos cursos de Pedagogia e de formação de professores conforme as matrizes de habilidades e competências já regularizadas pelo CNE e pelo MEC.



- Aprovar, pelo MEC, as novas competências e habilidades de diretores escolares já definidas e aprovadas pelo CNE.

### **c. Corporativismo**

#### **VISÃO**

O setor de Educação sofre com a forte contaminação ideológica, com sindicalismo refratário a soluções que privilegiam o mérito, o esforço e a qualidade.

As representações de professores em diversas situações são dominadas por politização e partidarização que nem sempre refletem a visão e o compromisso dos profissionais. Às vezes, prejudicam possibilidades de melhoria na educação, em especial na gestão pública.

#### **PROPOSTAS**

- É preciso desmontar sistemas de ocupação política e ideológica de estruturas públicas e promover uma estrutura com compromisso concreto com a qualidade da educação.
- Acabar com a estabilidade e exigir níveis mínimos satisfatórios de desempenho.
- Tratar definitivamente a educação como atividade essencial.

### **d. Gestão de Escolas e dos sistemas de ensino**

#### **VISÃO**

Diretores de escolas públicas têm pouca autonomia, submetendo-se a imposições externas e internas, dos professores e dos alunos.

Diretores são escolhidos a partir de processos políticos, por indicação ou eleição com distorções para escolha do quadro mais qualificado para a função.

Os professores envolvem apenas cerca de 70% de seu tempo em sala de aula ensinando, quando as melhores práticas internacionais consideram que deveria ser 85%.

O índice de absenteísmo de professores no país é muito elevado (em SP, de 16%) em comparação com outros países (EUA, de 5%), com muitas licenças concedidas por motivos não verificáveis.

Há quantidade excessiva de estruturas burocráticas de Estado e conselhos que concentram atenções e energia que deveriam estar mais focadas na sala de aula.

## PROPOSTAS

- Acabar com eleição de diretores e definir a escolha por perfil a partir de conselho escolar, que contrata o diretor, eliminando nomeação política. O conselho escolar deve ser eleito pela comunidade, como no modelo implantado na Austrália e na Nova Zelândia, sem participação dos professores e funcionários das escolas.
- O profissional escolhido pela comunidade ou pelo conselho escolar deve ter formação em gestão escolar ou experiência comprovada em administração de estabelecimentos ou gestão de negócios, fundamentado nas matrizes de competências e habilidades já aprovadas pelo CNE.
- Maior autonomia financeira, administrativa e pedagógica para a escola, com responsabilidade associada.
- Maior autonomia para decisão e escolha por parte dos diretores das escolas. A direção deve ter dotação orçamentária, autoridade para selecionar professores (mesmo os concursados), redefinir ou refazer o estatuto da instituição, visando se ajustar à realidade e aos anseios da comunidade, sem cerceamento por imposições de professores e alunos.
- Definição de fundo, com valor por aluno, para que cada escola possa gerir manutenção, limpeza e investimentos em infraestrutura, com orientações e metas. Maior flexibilidade de uso dos recursos pela própria escola e mais recursos para os locais mais carentes.
- Criação de estímulos para que a sociedade contribua com a escola para financiar projetos específicos de cada comunidade.
- Criação de fundo para estruturação de projetos educacionais e fortalecimento do trabalho pedagógico.
- Aplicação de políticas nacionais para melhoria da gestão escolar, criação de instrumentos de avaliação de uso sistemático e regras de incentivos, estimulando o melhor desempenho.
- Vinculação, nas escolas públicas, da remuneração e da estabilidade a desempenho, assiduidade e demais indicadores e mecanismos de monitoramento e controle.
- Estabelecimento de bônus para professores e funcionários em razão do desempenho da escola, considerando a assiduidade e eficiência individual.
- Definir parâmetros máximos de pessoal nas secretarias estaduais de educação, para funções burocráticas e de controle, focando os recursos humanos na escola.
- Eliminar, da estrutura municipal, todos os conselhos de educação e as excessivas estruturas burocráticas das secretarias, focando os esforços na escola, definindo um número básico de funções administrativas nas secretarias de educação.
- Incluir a obrigatoriedade da rede particular de ensino em conselhos e órgãos regulares.

### 3. Fortalecimento da educação pública por meio do setor privado

#### VISÃO

A escola particular é um sonho de consumo de pais e alunos, um desejo por educação de qualidade e comprovada por avaliações externas, em especial, de classes mais baixas. Entretanto, o Estado onera o ensino particular, dificultando o acesso.

O gasto por aluno de uma escola pública equivale, em muitos casos, ao de escolas particulares de excelente desempenho.

O ensino superior público representa gasto elevadíssimo, sendo instrumento de política pública altamente regressivo ao dar ensino gratuito a quem pode pagar. Esse gasto vem crescendo, por aluno, desde 2010.

Estudantes de universidades federais custam ao Estado, em média, R\$40.900,00/ano, o que corresponde a, aproximadamente, três vezes o de universidades particulares, cuja média está entre R\$12.600 (sem fins lucrativos) e R\$14.850 (com fins lucrativos).

As IES particulares, em 2020, tinham, em suas matrículas, um total de 3.005.530 com financiamento estudantil no Prouni e no FIES, ajudando o Estado a cumprir com a meta estabelecida no PNE.

O maior custo por aluno da universidade pública não se reflete em maior valor agregado aos graduandos em comparação aos de outras universidades, ao se considerar o incremento de desempenho frente à base de conhecimentos iniciais. Ou seja, o aluno da universidade federal chega e sai melhor formado, mas a agregação é em níveis semelhantes e, muitas vezes, inferior aos alunos das instituições particulares, que têm custo muito menor.

O índice de acesso à educação superior é insuficiente. Os recursos poderiam garantir melhores condições para que muitos tivessem acesso a eles, desde que melhor distribuídos e privilegiassem a educação nas instituições particulares.

O país precisa alocar melhor os recursos do ensino superior, privilegiando bolsas e financiamento subsidiados a alunos com menor renda para viabilizar seu ingresso em instituições públicas ou particulares. Esse processo é requisito para alcançar expressiva elevação do capital social do país.

Há países que já adotam o modelo de educação pública em escolas particulares, com avaliações de desempenho e sistemas regulados.

#### PROPOSTAS

- A eliminação de custos tributários que oneram a educação particular, tendo em vista a elasticidade preço x demanda, que poderia ampliar expressivamente o acesso ao ensino particular.
- Estabelecer alíquota máxima de ISSQN em 2% para toda a rede de ensino particular.

- Desonerar a folha de pagamento de toda rede de educação particular, possibilitando custos menores que compõem as anuidades, facilitando o acesso de mais alunos.
- Contratação de escolas particulares para fornecimento de serviços de educação pública.
- Criação de amplo programa de bolsa, voucher ou cheque educação em que os estudantes e seus pais possam escolher a instituição de estudo que receberá a bolsa, exigindo índices compatíveis de presença e aprovação.
- Criação de um sistema de incentivo à pesquisa, conectado ao setor produtivo, com financiamento público, para assuntos nacionais e privados, pelas empresas, visando ao desenvolvimento de novas tecnologias, produtos e serviços.
- Estímulos à PPP que permitam maior flexibilidade e otimização do uso de recursos de acordo com a necessidade de desempenho comprovado.
- Criação de sistemas de acreditação independente, capaz de avaliar indicadores de desempenho e resultados.

**SINEPE/PR**  
Sindicato das Escolas Particulares

**FENEP**  
Federação Nacional das Escolas Particulares